

Os Cristãos e a Autodefesa contra os Criminosos – Incluindo o Estado (Parte I)

Por *John Cobin, Ph.D.*, para *The Times Examiner*
11 de Maio de 2005.

Esta coluna é a primeira de uma série de duas partes que trata do tema dos Cristãos e a autodefesa.

Os cristãos têm direito à autodefesa? Se sim, em que circunstâncias podem se defender? Podem se defender só dos criminosos ou também das autoridades civis? Existem alguns casos nos quais os cristãos *não* devem se defender? Estas são perguntas difíceis que requerem respostas mais que sentimentais ou impensadas. De fato, muitas coisas dependem da doutrina da autodefesa. Por exemplo, se a autodefesa contra outros seres humanos não estivesse justificada debaixo de nenhuma circunstância, então as mulheres com problemas de gravidez teriam de morrer com seus filhos, embora não nascidos (devido a uma hemorragia causada pela ruptura de uma trompa de falópio), os criminosos teriam livre acesso aos recursos que os crentes “acumularam” (Provérbios 13:22; Eclesiastes 11:1; Mateus 25:16-21), e a revolução sempre seria um erro.

Se a autodefesa é algo errado, então todos devemos ser anarquistas. Não quero dizer “anarquia” aqui no sentido de *caos*, mas em seu sentido científico de uma civilização sem nenhum governo civil central e organizado. O dicionário define anarquia como: “A ausência de qualquer forma de autoridade política.” Em última instância, a razão fundamental pela qual existe o governo reside na convicção de que a autodefesa é algo correto. Os pacifistas puros não necessitam, nem querem, um governo. São anarquistas apolíticos, e assim devem sê-lo de maneira lógica. Então, porque os cristãos não são anarquistas? Somente se a Bíblia respaldar a doutrina da autodefesa, o princípio pelo qual os cristãos usam o governo limitado com o propósito de criar uma defesa comum estaria justificado.

Na mesma linha podemos perguntar: “Por que os americanos têm (e, aliás, desejam) uma autoridade política?” De acordo com a doutrina de Jefferson na *Declaração da Independência*, “Se estabelecem governos entre os homens” para assegurar nossos direitos à vida, liberdade e propriedade. A *Constituição* também estabelece o papel do governo civil: “para formar uma união mais perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranqüilidade doméstica, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral e garantir os benefícios da liberdade para nós mesmos e nossa posteridade.” O terceiro artigo dos (lamentavelmente) esquecidos *Artigos da Confederação* declara: “Desse modo, os Estados anteriormente citados entram respectivamente em um firme elo de amizade uns com os outros, para sua defesa comum, a segurança de suas liberdades, e seu bem-estar mútuo e geral, unindo-se e obrigando-se a se ajudar uns aos outros, contra toda força que se lhes oponha, ou contra ataques que se lhes façam, ou qualquer destas coisas, devido a religião, soberania, comércio ou qualquer outra pretensão – seja esta qual for.”

Noutras palavras, no caso mais fundamental, os fundadores desejavam um governo (e não um *estado*) com o objetivo de protegê-los dos depredadores. Falando politicamente, os americanos visaram uma “defesa comum” devido ao fato de que em alguns níveis a autodefesa não é suficiente. O governo civil se converte em uma extensão de nosso direito à autodefesa e de nosso desejo de autopreservação. Contudo, apesar do que a filosofia política americana possa ter dito, os cristãos bíblicos devem adotar a autodefesa hoje?

Muitas passagens do Novo Testamento podem ser usadas para respaldar a doutrina da autodefesa para um cristão. Primeiro, João Batista não condenou os soldados por fazer seu trabalho, parte do qual incluía matar pessoas, mas somente os advertiu contra o abuso de seu ofício. “Também o perguntaram alguns soldados, dizendo: E nós, que faremos? E lhes disse: A ninguém trateis mal ou defraudeis, e contentai-vos com o vosso salário” (Lucas 3:14). Segundo, Cristo orientou os cristãos a tomarem armas que fossem úteis na autodefesa: “E lhes digo, o que tem bolsa, tome-a, e também o alforje; e, o que não tem espada, venda sua capa e compre-a” (Lucas 22:36).

Terceiro, o Apóstolo Paulo dá a entender que os homens cristãos devem defender suas famílias como parte de sua provisão: “porque se alguém não provém para os seus, e primeiramente para os de sua casa, negou a fé, e é pior que um incrédulo” (1 Timóteo 5:8). Finalmente, ainda que não possamos obter nenhum argumento conclusivo a partir do silêncio, é notável – tomando em consideração as passagens anteriores – que Cristo não condenou o planejamento prudente para (e o uso da) guerra como uma das funções próprias de um rei sábio (Lucas 14:31). Ademais, há uma boa quantidade de exemplos no Antigo Testamento de Deus aprovando a guerra e dos homens indo à batalha. E Deus não muda, embora isto aconteça na administração do Seu reino.

Está claro que há um sentido no qual os cristãos devem dar o outro lado da face (Mateus 5:39), sofrer e exibir a glória de Deus ao agir assim, ao invés de se defenderem. Há um momento no qual devemos sofrer e morrer (Mateus 5:11; Filipenses 1:29; 2 Timóteo 2:3). Mas, o Novo Testamento não indica que os cristãos foram chamados para serem os capachos do mundo. Assim, na administração atual do reino de Deus, parece haver espaço para que os cristãos busquem a liberdade e às vezes se defendam contra a tirania. Afinal de contas, os cristãos podem trazer glória a Deus tanto sofrendo quanto promovendo a liberdade.

Tradução: Marcio Santana Sobrinho